

Pan-Africanism and Internationalism in 1945: “Labour cannot emancipate itself in the white skin where in the black it is branded”.

Pan-Africanismo & Internacionalismo em 1945: “O trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em brasa”.

Hakim Adi¹

¹ Universidade de Chichester, Chichester, West Sussex, Reino Unido. E-mail: H.Adi@chi.ac.uk. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4778-9320>.

Mario Soares Neto²

² Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: mariosoaresneto@protonmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3340-9497>.

Artigo recebido em 24/03/2020 e aceito em 21/11/2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Resumo

O presente artigo pretende analisar a relação entre Pan-Africanismo e Internacionalismo, visando delinear o importante papel desempenhado pelo trabalho Pan-Africano em 1945, particularmente nas conferências fundadoras da organização World Federation of Trade Unions (WFTU) [Federação Sindical Mundial], bem como em outros eventos e nos preparativos para o Congresso Pan-Africano de Manchester. Ponto ápice do movimento Pan-Africano este Congresso formulou uma política unitária de luta anti-imperialista, anti-colonialista e antirracista. Os representantes do trabalho Pan-Africano argumentaram que “o trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em brasa”.

Palavras-Chave: Pan-Africanismo; Internacionalismo; África; Diáspora.

Abstract

This article aims to analyze the relationship between Pan-Africanism and Internationalism, in order to outline the important role played by Pan-African work in 1945, particularly at the founding conferences of the organization World Federation of Trade Unions (WFTU), as well as in other events and in preparations for the Pan African Congress in Manchester. High point of the Pan-African movement, this Congress formulated a unitary policy of anti-imperialist, anti-colonialist and anti-racist struggle. Pan-African labor representatives argued that “Labour cannot emancipate itself in the white skin where in the black it is branded”.

Keywords: Pan-Africanism; Internationalism; Africa; Diaspora.



1. Introdução

O 5º Congresso Pan-Africano realizado na Grã-Bretanha em outubro de 1945 foi visto como representando o auge do movimento Pan-Africano e o mais significativo de todos os congressos Pan-Africanos desde a histórica Conferência Pan-Africana convocada por Henry Sylvester Williams em Londres em 1900 (LANGLEY, 1973, p. 355). Foi amplamente reconhecido que os trabalhos deste Congresso deram origem a um novo tipo de Pan-Africanismo anti-imperialista e internacionalista. A ideologia pan-africanista de Manchester do pós-guerra tentou basear-se nos interesses das massas populares nas colônias e enxergou os trabalhadores urbanos e rurais como a principal força na luta anticolonial. Muitos dos delegados no Congresso de Manchester eram representantes de organizações trabalhistas e sindicais.

As preocupações do trabalho pan-africano não foram ouvidas apenas em Manchester em 1945. Ao longo daquele ano, os representantes dos trabalhadores africanos e caribenhos manifestaram suas preocupações no cenário internacional, talvez pela primeira vez desde a fundação do Comitê Sindical Internacional dos Trabalhadores Negros (International Trade Union Committee of Negro Workers – ITUCNW) na década de 1930. No ano de 1945 também foram realizadas as conferências fundadoras da Federação Sindical Mundial (World Federation of Trade Unions – WFTU), a primeira central sindical verdadeiramente internacional. Representantes de trabalhadores africanos e caribenhos tiveram um papel significativo em sua fundação e foi após sua participação na Conferência Sindical Mundial (World Trade Union Conference) de Londres em fevereiro de 1945, que vários dos principais representantes sindicais africanos e caribenhos defenderam a convocação do 5º Congresso Pan-Africano.

Este artigo visa delinear o importante papel desempenhado pelo trabalho Pan-Africano em 1945, particularmente nas conferências fundadoras da WFTU, bem como em outros eventos e nos preparativos para o Congresso Pan-Africano de Manchester. Os representantes do trabalho pan-africano argumentaram que “o trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em brasa” (MARX, 1988, p. 228; MARX; ENGELS, 2010, p. 305).¹ Mas, ao mesmo tempo,

¹ Em língua inglesa, a frase na qual Karl Marx se referia ao movimento trabalhista nos Estados Unidos, encontra-se no capítulo *The Working Day (A Jornada de Trabalho)*, da seguinte forma: “In the United States



é claro que eles viram a unidade e os avanços empreendidos pelos trabalhadores e povos oprimidos nas colônias e em todo o mundo, como tão cruciais para a libertação colonial quanto às lutas das massas trabalhadoras na África e no Caribe. Se os interesses das massas populares nas colônias avançassem, eles argumentaram, os movimentos trabalhistas teriam que desenvolver um caráter político em oposição à noção de “sindicalismo responsável” defendida pelo governo britânico e pelo Congresso Sindical. A fundação de uma central sindical internacional, que apoiaria as demandas anticoloniais do povo da África e do Caribe, foi vista como vital, uma luta na qual os representantes do trabalho pan-africano tiveram que desempenhar um papel de vanguarda.

Os quatro Congressos Pan-Africanos anteriores foram amplamente organizados pelo escritor e ativista afro-americano W. E. B. Du Bois. Em 1945, embora ele tenha participado do Congresso de Manchester como delegado da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (National Association for the Advancement of Colored People - NAACP), Du Bois desempenhou apenas um papel secundário nos preparativos. O Congresso foi organizado e dominado por organizações e ativistas britânicos e representantes do trabalho do império colonial britânico. É significativo que a sessão de abertura do Congresso tenha focado em “O problema de cor na Grã-Bretanha” (ESEDEBE, 1980, pp. 18-35; ADI; SHERWOOD, 1995).² Durante as décadas de 1930 e 1940, a Grã-Bretanha se tornou um centro de atividade pan-africana, como seria de esperar, uma vez que muitos na diáspora eram súditos do Império Britânico e, por razões econômicas e políticas, gravitavam em direção ao seu centro (ADI, 2020, pp. 697-716).

Várias organizações foram formadas não apenas para combater os efeitos do racismo na Grã-Bretanha, mas também para fazer campanha contra o domínio colonial e pelo autogoverno nas colônias. As mais importantes foram a União dos Estudantes da África Ocidental (West African Students' Union – WASU) formada em Londres em 1925, a Liga dos Povos de Cor (League of Coloured Peoples – LCP) formada em 1931, e o Bureau Internacional de Serviço Africano (International African Service Bureau – IASB)

of North America, every independent movement of the workers was paralysed so long as slavery disfigured a part of the Republic. Labour cannot emancipate itself in the white skin where in the black it is branded”.

² Du Bois organizou o primeiro Congresso Pan-Africano em Paris em 1919. O termo “Conferência Pan-Africana” foi usado pela primeira vez para descrever um encontro majoritariamente afro-americano realizado em Chicago em 1893.



formada em Londres por George Padmore em 1937. Todas essas organizações mantiveram vínculos nas colônias africanas e caribenhas da Grã-Bretanha e, como consequência, Londres se tornou uma base importante para uma luta comum contra o imperialismo britânico.

A influência de indivíduos como Padmore, Wallace-Johnson, Arnold Ward e Desmond Buckle significava que cada vez mais era a ideologia do marxismo que entusiasmava esse movimento anticolonial e anti-imperialista de base britânica. O movimento também foi influenciado não apenas pelas ideologias de organizações como a Liga Contra o Imperialismo (League Against Imperialism – LAI) e o Partido Comunista na Grã-Bretanha, mas também por muitos dos desenvolvimentos na União Soviética e a oposição bem conhecida do país ao colonialismo (PADMORE, 1946).

Em 1944, após a iniciativa do IASB, representantes de várias organizações africanas e britânicas se reuniram em Manchester para formar “um movimento pan-africano de frente única”, a ser conhecido como Federação Pan-Africana (Pan-African Federation – PAF). De fato, a maioria das organizações britânicas de povos da África e do Caribe foi incluída, com as notáveis exceções da WASU e da LCP. Mesmo assim, foi a primeira vez que tantas organizações se uniram em uma frente única. Talvez ainda mais significativo tenha sido o fato de a Federação Pan-Africana também incluir representantes de três organizações africanas: a Associação Central Kikuyu (Quênia), representada por Jomo Kenyatta; a Liga da Juventude Africana (seção Serra Leoa), representada por Isaac Wallace-Johnson; e a Sociedade Amigos da Liberdade Africana (Costa do Ouro). Aqui em embrião estava a base organizacional do Congresso Pan-Africano de Manchester. Embora a WASU e a LCP não fizessem parte formal da nova Federação, eles frequentemente se aliavam a ela em questões de interesse geral. Durante os últimos estágios da guerra, todas essas organizações se preocuparam em formular políticas para o mundo pós-guerra, o que poderia colocar a África e a diáspora no centro dos assuntos mundiais, e que poderia intensificar a luta contra a discriminação racial, pelo desenvolvimento econômico e pelo autogoverno. Eles estavam preocupados em garantir que o artigo 3º da Carta do Atlântico, que se referia ao direito à autodeterminação, fosse aplicado a todos os países, inclusive as colônias.³

³ Durante a guerra, o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, provocou protestos furiosos quando afirmou que o direito à autodeterminação não se aplicava aos países coloniais.



Quando a guerra chegou ao fim, W. E. B. Du Bois começou a investigar a possibilidade de realizar um congresso Pan-Africano em Londres ou na própria África. No entanto, a iniciativa de realizar esse congresso foi logo adotada pela Federação Pan-Africana na Grã-Bretanha, que viu as possibilidades de consultar representantes trabalhistas coloniais após a Conferência Sindical Mundial realizada em Londres em fevereiro de 1945.⁴

2. A Conferência Sindical Mundial e o Trabalho Pan-Africano

A Conferência Sindical Mundial foi um evento extremamente significativo na história do movimento internacional dos trabalhadores. Foi a primeira vez que todas as principais organizações, centrais sindicais e trabalhistas, incluindo os sindicatos da União Soviética, se uniram na tentativa de formar uma organização internacional dos trabalhadores e tentar influenciar a política internacional. Organizações sindicais de todos os continentes esperavam ser representadas nos órgãos das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança, e desejavam dar a sua opinião sobre como a guerra seria encerrada e como o mundo do pós-guerra seria construído (WALLACE, 1945).

Do ponto de vista pan-africano, ainda mais importante foi o fato de que os movimentos trabalhistas emergentes na África Ocidental, no Caribe e na América do Sul estavam representados. Havia também delegados da antiga Rodésia do Norte, da África do Sul, Índia, Palestina e outros lugares.⁵ Todas as quatro colônias da África Ocidental da

⁴ Interessante notar que nesse período (1930-1940), o Pan-Africanismo teve forte influência em diversas outras realidades, em países como o Brasil, por exemplo, conformando verdadeira conexão latino-americana. A Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, e sua publicação A Voz da Raça, foram centrais nesse processo até o seu ulterior banimento pela ditadura Vargas em 1937. Cumpriu importante papel a Frente Negra Socialista e a União Negra Brasileira, assim como a realização do Congresso Juvenil Afro-Campinense (1938), o Teatro Experimental do Negro (1944), a Associação de Negros Brasileiros e o Afro Comitê Democrático Brasileiro (1945). Por outro lado, duas Convenções Negras Nacionais foram realizadas em 1945 e 1946, a Confederação Nacional dos Negros foi convocada em 1949 e em 1950 foram realizados o I Congresso Nacional do Negro Brasileiro e o Conselho Nacional de Mulheres Negras.

⁵ Bryan Goodwin, membro do Conselho Legislativo da Rodésia do Norte, representou o Sindicato dos Mineiros da Rodésia do Norte e seis delegados representaram três centros da África do Sul: o Conselho de Comércio e Trabalho da África do Sul, a Federação dos Sindicatos do Cabo e o Conselho de Sindicatos da Província Ocidental. Os delegados desses dois países representavam sindicatos cujos membros eram de origem europeia. Isso refletia a segregação e o *apartheid* de fato que existiam nos assuntos sindicais nesses países. No entanto, deve-se ressaltar que o Sindicato dos Mineiros da Rodésia do Norte também sofreu severas repressões. Em 1942, F. S. Maybank, o secretário geral do sindicato e um de seus colegas foram detidos e depois deportados para a Grã-Bretanha por atividades sindicais, e só foram autorizados a retornar à colônia em 1945. Os representantes dos chamados sindicatos não europeus da África do Sul foi impedida de participar da conferência pelas ações do governo sul-africano, que se recusou a conceder a eles as permissões de viagem necessárias.



Grã-Bretanha enviaram delegados. A Nigéria foi representada por T. A. Bankole, Presidente do recém-formado Congresso Sindical da Nigéria e por M. A. Tokunboh. O Congresso Sindical da Serra Leoa foi representado pelo líder nacionalista Isaac Wallace-Johnson, que havia sido libertado recentemente de cinco anos e meio de prisão e exílio, ocasionados por suas atividades políticas anti-imperialistas (SPITZER; DENZER, 1973, pp. 413-52). O delegado da Costa do Ouro foi J. S. Annan do Sindicato dos Funcionários Públicos e Técnicos Ferroviários, enquanto o Sindicato dos Trabalhadores da Gâmbia foi representado pelo veterano organizador trabalhista E. F. Small e por I. Garba Jahumpa.

Além dos delegados da África Ocidental, a Guiana Britânica na América do Sul e a Jamaica no Caribe também enviaram delegados. A Guiana Britânica foi representada por um pioneiro do sindicalismo, Hubert Critchlow, Presidente do Conselho Sindical da Guiana Britânica, que havia sido o secretário do primeiro sindicato de seu país formado em 1919. O delegado jamaicano foi Ken Hill, vice-presidente do Conselho Sindical da Jamaica, que também havia sido preso pelo governo britânico por suas atividades políticas.

3. Os Movimentos Trabalhistas Coloniais

Os movimentos trabalhistas nas colônias britânicas foram severamente reprimidos antes da Segunda Guerra Mundial. Alguma atividade sindical havia sido tolerada antes da guerra, e especialmente depois de 1930. No entanto, até mesmo os direitos mais elementares dos trabalhadores eram frequentemente ignorados e o uso do trabalho forçado continuou em algumas colônias africanas até a década de 1960 (DAVIES, 1966, p. 35). A Lei de Desenvolvimento Colonial e Bem-Estar de 1940 foi, em parte, uma resposta aos distúrbios trabalhistas que eclodiram em várias colônias, principalmente no Caribe no final da década de 1930 (BOLLARD, 1995). A lei deixou claro que, de acordo com suas disposições, nenhuma colônia poderia receber ajuda, a menos que tivesse em vigor legislação protegendo os direitos dos sindicatos. Essa legislação levou a uma maior tolerância oficial dos sindicatos e incentivou o crescimento do trabalho organizado (COOPER, 1996, pp. 65-73).

Mas os trabalhadores na África e no Caribe não esperaram por legislações que lhes permitissem funcionar. Houve greves na África Ocidental desde 1874, enquanto as rebeliões trabalhistas no Caribe no final da década de 1930 obrigaram o governo



britânico a nomear duas Comissões Reais para investigar as condições de trabalho em toda a região. Na Nigéria, por exemplo, o primeiro sindicato, o Sindicato dos Funcionários Públicos do Sul da Nigéria, foi formado em 1912, enquanto o primeiro sindicato da Jamaica, o Sindicato dos Carpinteiros, Pedreiros e Pintores ou o Sindicato dos Artesãos, apareceu ainda mais cedo em 1898 (ANANABA, 1969, p. 10; HARROD, 1972, p. 172; HART in: CROSS; HEUMAN, 1988, pp. 43-79; CRISP, 1984). Durante os anos da guerra, houve um rápido crescimento no movimento sindical na África Ocidental Britânica e em partes do Caribe. Em 1943, o Congresso Sindical Nigeriano foi formado com mais de 30 sindicatos, representando mais de 200.000 trabalhadores. No espaço de um ano, mais do dobro dos trabalhadores pertenciam a sindicatos afiliados ao Congresso e, em 1945 havia cerca de 500.000 membros individuais pertencentes a 56 sindicatos afiliados. Na Jamaica, as primeiras tentativas de formar uma central sindical começaram durante as greves de 1938 e em 1945 duas centrais rivais surgiram. Enquanto isso, o Conselho Sindical da Guiana Britânica comemorou o seu 25º aniversário em 1945 (PADMORE, 1945a; CHASE, 1964).

Os delegados da África e do Caribe, portanto, representaram não apenas um número substancial de trabalhadores, mas também grandes tradições de luta e sacrifício. A atividade sindical nas colônias assumiu, por razões óbvias, um caráter político e anticolonial. Muitos dos sindicatos ou centrais sindicais e os principais sindicalistas, como Wallace-Johnson na Serra Leoa e Ken Hill na Jamaica, estavam intimamente ligados aos partidos políticos e aos crescentes movimentos de independência. Hubert Critchlow, por exemplo, era na verdade um membro do Conselho Executivo da Guiana Britânica, o governo colonial do país.

O Congresso Sindical Britânico (British Trade Union Congress) havia desempenhado um papel de liderança na convocação da Conferência Sindical Mundial, mas opunha-se em geral ao sindicalismo nas colônias que considerava suas atividades parte integrante da luta pela independência e autodeterminação (DAVIES, 1964, p. 23). Em 1942, como consequência da Lei de Desenvolvimento Colonial e Bem-Estar, o Congresso Sindical (Trade Union Congress - TUC) juntou-se aos representantes dos empregadores no Comitê Consultivo do Trabalho Colonial, estabelecido pelo Escritório Colonial para resolver o que eram vistos como “problemas trabalhistas” nas colônias. No mesmo ano, os primeiros sindicalistas britânicos foram nomeados consultores trabalhistas nos departamentos coloniais do trabalho. Eles haviam sido estabelecidos no



final da década de 1930, para auxiliar no crescimento de sindicatos “responsáveis” nas colônias (WEILER, 1984, pp. 367-392). O objetivo do TUC e do Gabinete Colonial britânico de promover o “sindicalismo responsável” nas colônias foi apenas parcialmente bem-sucedido e esperava-se que a participação na conferência de Londres pelos sindicalistas coloniais tivesse em si um “efeito realmente educativo”. Na África Ocidental e no Caribe, o sindicalismo permaneceu intimamente ligado às demandas políticas e anticoloniais, não obstante a repressão do governo e a prisão de líderes sindicais radicais, como Wallace-Johnson e Ken Hill, durante a guerra. Ao longo dos anos de guerra e em parte por causa das condições de guerra, muitos sindicatos coloniais tornaram-se mais organizados, mais propensos a se envolver naquelas que eram vistas como ações políticas e, com frequência, estiveram menos propensos a ouvir os conselhos do TUC. De fato, antes da Conferência Sindical Mundial de Londres, o Sr. Walter Citrine, secretário-geral do TUC, foi avisado de que os sindicatos na Serra Leoa eram “nada mais que um meio de agitação política em favor da independência da África Ocidental e de ideias extremistas semelhantes” (*H.B. Kemmis to W. Citrine*, January 12, 1944, Modern Records Centre, Warwick University (MRC) Mss. 292. 910. 1/5).

Pela primeira vez na história da Conferência Sindical Mundial, os trabalhadores da África e do Caribe tiveram representantes em um fórum internacional importante e manifestaram suas preocupações antes mesmo da abertura da conferência. Os sindicatos da Guiana Britânica, por exemplo, propuseram diversos itens para inclusão na agenda da conferência, incluindo: tratamento igual para todos os soldados aliados; que os governos que legalizaram a discriminação racial deveriam ser impedidos de participar da conferência de paz; que as colônias deveriam ter representação direta no Parlamento; que os serviços públicos nas colônias deveriam ser nacionalizados; e que as colônias das Índias Ocidentais e a Guiana Britânica deveriam ser industrializadas. O delegado da Costa do Ouro propôs três itens da agenda que exigiam moradia, educação em massa e instalações médicas. Enquanto os delegados da Nigéria e Rodésia do Norte propuseram uma discussão sobre sua demanda por uma fusão da Rodésia do Sul e do Norte. Essas eram preocupações legítimas, o que sugeria que nessas colônias havia uma ideia muito clara do papel dos sindicatos, que diferia daquela mantida pelo TUC britânico (“*Registration Documents*”, MRC Mss. 292 910. 11/1; *International Committee (TUC) minutes*, January 16, 1945, Mss. 901. 1/6, *Ibidem*).



A partir dos seus discursos, tornou-se claro que os delegados da África e do Caribe tinham grandes expectativas e as mesmas perspectivas claras que mais tarde formariam a base política do 5º Congresso Pan-Africano. De fato, eles reconheceram a necessidade de unidade regional, colonial e internacional e desempenharam importante papel na tentativa de concretizá-la. Os delegados da África Ocidental emitiram uma declaração de que o momento era propício para a formação de uma federação sindical da África Ocidental. Planos semelhantes estavam sendo elaborados no Caribe. Uma Conferência da Guiana Britânica e das Índias Ocidentais havia sido realizada na Guiana Britânica desde 1926. Uma segunda conferência foi realizada em 1938 e uma terceira em 1944, enquanto a fundação do Congresso Trabalhista do Caribe ocorreu em Barbados em 1945 (HARROD, 1972, pp. 235-8).

Os delegados coloniais também demonstraram que não estavam contentes em deixar que os procedimentos da Conferência Sindical Mundial fossem dominados por aqueles dos principais países aliados. Os do Caribe e da África Ocidental, bem como os de outras colônias trabalharam juntos na Conferência e, como foi relatado na época, “apresentaram uma frente única em todos os assuntos que afetam os interesses coloniais”. Durante as sessões de abertura, o delegado jamaicano Ken Hill e outros exigiram que os representantes das “nações subjulgadas” também dessem suas opiniões sobre o assunto do acordo de paz no pós-guerra. Hill em particular insistiu que era impensável que a conferência expusesse suas opiniões sobre esse assunto “sem levar em consideração questões coloniais, que, segundo a nossa compreensão, são as causas profundas da guerra” (*Report of the World Trade Union Conference, 1945, p. 93; League of Coloured Peoples’ (LCP) Newsletter, March 1945, 11/66, p. 127*). Hill, cujo discurso foi descrito na imprensa jamaicana como “caindo como uma bomba altamente explosiva na câmara da conferência” chegou a sugerir que, como parte integrante de qualquer acordo de paz, as potências coloniais deveriam conceder às suas colônias os direitos de autodeterminação, e que os prazos poderiam ser estabelecidos para acelerar o processo. Em suma, ele exigiu não apenas que a Conferência “apresentasse alguma declaração expressando pontos de vista progressistas sobre a questão colonial”, mas também que medidas fossem tomadas “para usar a influência do movimento internacional da classe trabalhadora para pôr fim e ver desconstituído o sistema de dominação imperialista, independentemente da forma que este possa assumir” (*Ibidem, pp. 102-3; The Masses, March 3, 1945, p. 1, IN: POST, 1981, vol. 2, p. 513*).



O principal objetivo da conferência, a fundação de uma federação sindical mundial, foi entusiasticamente apoiado pelos delegados coloniais, que viam tal organização como uma grande aliada em sua luta contra o colonialismo. Joe Annan, da Costa do Ouro, e o delegado nigeriano T. A. Bankole reivindicaram a criação imediata de um órgão mundial e demonstraram pouca simpatia pelas opiniões de Citrine, que insistiu em que a máxima cautela deveria ser exercida na criação de um novo sindicato internacional. Em resposta às propostas de Citrine e do TUC, Bankole apresentou propostas dos delegados coloniais, que incluíam várias tarefas importantes para a nova organização:

- a) incentivar o crescimento do Movimento Sindical em todos os países, impedindo a discriminação contra associações de trabalhadores nativos, como tem sido o caso até agora em países como África do Sul, Rodésia do Norte e EUA, com particular referência à Federação Americana do Trabalho (American Federation of Labor - AFL).
- b) garantir a todos os trabalhadores, particularmente os das áreas dependentes, que estejam empregados em condições favoráveis à prosperidade geral;
- c) dar apoio razoável às aspirações dos trabalhadores coloniais ao autogoverno interno em seus respectivos países (*Report of the World Trade Union Conference, 1945, p. 130*).

Na sessão sobre reconstrução do pós-guerra, Wallace-Johnson, em nome de todos os delegados coloniais, propôs uma “Carta do Trabalho para as Colônias” e convocou a conferência a apoiar as seguintes demandas:

1. A abolição da barreira de cor (barreira racial) e toda discriminação racial no emprego público e privado;
2. A abolição do trabalho forçado, trabalho infantil e todas as formas de escravidão, aberta ou disfarçada, abolição de açoitamento e outras formas de punição por quebra de contrato de trabalho, bem como sanções penais por quebra de contrato de trabalho;
3. Abolição de toda a legislação referente à Lei do Passe e o estabelecimento do direito de liberdade de reunião, liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade de circulação.
4. Salário igual por trabalho igual, independentemente de raça, cor, credo ou sexo;
5. Abolição das restrições raciais contra a admissão de trabalhadores africanos e outros trabalhadores de cor nos sindicatos brancos existentes (África do Sul, Rodésia, etc.). Onde quer que essas restrições continuem a operar, os africanos e outros trabalhadores de cor devem ter o direito de criar sindicatos separados e livres;
6. A legislação sindical e social existente nas colônias deve ser alinhada com a existente na metrópole ou, inversamente, os mesmos princípios sindicais e legislativos sociais que operam nos países metropolitanos devem ser aplicáveis aos territórios coloniais (PADMORE, 1945a, p. 4).



Wallace-Johnson pediu apoio da conferência para essas demandas “como um gesto elementar de solidariedade com os milhões de oprimidos e de explorados, trabalhadores industriais e agrícolas nas colônias da Ásia, África, Caribe, Ilhas do Pacífico, Guiana Britânica, Maurício e Ceilão”. A exigência de que a legislação social que operava nos países metropolitanos também deveria ser implementada nas colônias, foi posteriormente adotada como política da WFTU, mas contra o TUC britânico. Wallace-Johnson também convocou a conferência a apoiar o princípio da autodeterminação para os povos coloniais, argumentando que “a justiça, como a paz é indivisível e o mundo hoje não pode permanecer meio livre e meio escravo”. Ele explicou que “uma das principais causas da guerra é o conflito sobre as colônias” e, portanto, argumentou que a autodeterminação das colônias removeria esse conflito e garantiria a paz mundial (Ibidem).

Além da “Carta do Trabalho”, os delegados da África e do Caribe também levantaram uma série de outras questões importantes e exigiram: que as contribuições das colônias em tempo de guerra fossem reconhecidas e que o Artigo 3º da Carta do Atlântico, relativo à autodeterminação, deveria ser aplicada universalmente; que o imperialismo, assim como o fascismo, deveria ser condenado e erradicado, pois era a base da desigualdade internacional e da rivalidade que levou às guerras; que organizações trabalhistas britânicas e internacionais deveriam apoiar os sindicatos coloniais. Também houve demandas desses delegados por reformas econômicas e sociais nas colônias. Claramente eles reconheceram que o movimento sindical internacional era um aliado importante na luta anticolonial e, portanto, havia um forte apoio deles para a representação sindical na conferência fundadora da ONU em San Francisco e no Conselho de Segurança da ONU. Não há dúvida de que os delegados da África e do Caribe usaram a ocasião para expressar suas demandas por autogoverno. T. A. Bankole e Wallace-Johnson pediram à conferência que exigisse que as potências coloniais estabelecessem um prazo definido para o fim do domínio colonial. Essa proposta foi derrotada, mas a conferência apoiou a aplicação universal do Artigo 3º da Carta do Atlântico e apelou ao fim do sistema colonial. Não surpreendentemente, os representantes do trabalho pan-africano apoiaram fortemente as demandas pela fundação de uma Federação Sindical Mundial (*League of Coloured Peoples’ (LCP) Newsletter*, March 1945, 11/66, pp. 8-23, 27, 36).



Alguns delegados coloniais usaram a ocasião para atacar especificamente o que foi chamado de “podridão do sistema imperialista defendida por Whitehall”. Wallace-Johnson solicitou o seguinte à conferência: “esteja preparada para lutar contra o imperialismo britânico e qualquer outro imperialismo colonial, o que para nós nas colônias é ainda pior do que o fascismo”. Outros, como Joe Annan, discursaram na conferência sobre as necessidades específicas do movimento trabalhista em algumas colônias. Em relação à Costa do Ouro, ele exigiu: a criação imediata de um quadro de salários; estabelecimento de uma junta comercial internacional que “regularia, controlaria e distribuiria os recursos naturais do mundo”; um representante do trabalho organizado no conselho legislativo e um plano de seguro social para os trabalhadores. Ele concluiu falando da “necessidade de acabar com todos os interesses privados instalados nas colônias” (*Report of the World Trade Union Conference, 1945, p. 169*).

Os representantes do trabalho pan-africano, e particularmente Wallace-Johnson, garantiram que seus pontos de vista fossem ouvidos ao longo da conferência. Suas intervenções receberam ampla cobertura da imprensa, especialmente nas colônias, mas também em publicações afro-americanas como *Pittsburgh Courier*, *Chicago Defender* e a *Associated Negro Press*. Os delegados coloniais também receberam cobertura na imprensa nacional dos Estados Unidos, em jornais como o *New York Times*, que relataram, entre outras coisas, a demanda de Ken Hill de que as potências imperialistas se comprometessem com a garantia da autodeterminação das colônias (*Chicago Defender (CD)*, April 14, 1945; *Associated Negro Press*, February 24, 1945).⁶ Os delegados coloniais e a Conferência Sindical Mundial tiveram um impacto considerável em todo o mundo. A contribuição de Wallace-Johnson foi bem abordada pela imprensa anticolonial britânica, em publicações como o *Daily Worker* e o *Glasgow Forward*. O *New Leader* do Partido Trabalhista Independente (Independent Labour Party) referiu-se ao seu discurso como o mais memorável da conferência, no qual ele demonstrou “uma visão política, uma compreensão do destino humano e um calibre intelectual que o fez se elevar acima da conferência e chamar a atenção por pura força do intelecto” (*New*

⁶ Em relação ao *Chicago Defender (CD)*, ver, por exemplo, o artigo intitulado: “British Imperial Rule Defied by African Unions at World Parley”. No *Associated Negro Press (ANP)*, ver os artigos de Rudolph Dubar: “Negroes Make History at World Trade Union Congress: They Fight Imperialism”; “Nigerian Delegate Makes Brilliant Speech at World Trade Union Conference”; e “African Trade Unionist Tells World Labor Meet Needs of Colonial Workers”.



Leader, February 24, 1945, p. 4).⁷ A proeminência de Wallace-Johnson levou posteriormente à sua eleição para o Comitê de Continuação da Conferência, o órgão responsável pela preparação do congresso de Paris da WFTU. Também houve apoio entusiástico às posições adotadas pelos delegados coloniais na imprensa da África Ocidental e do Caribe. O *West African Pilot*, jornal da África Ocidental, lançado na Nigéria por Nnamdi Azikiwe, em 1937, apresentou vários relatórios, assim como o *Public Opinion*, da Jamaica. Até o relatório da conferência no *Christian Science Monitor* destacou a contribuição de Wallace-Johnson e concluiu que suas demandas “estavam completamente de acordo com as aspirações de toda a conferência”.⁸ A maioria das reportagens da imprensa comentou o caráter anti-imperialista dos discursos dos delegados coloniais, enquanto alguns também chamaram a atenção para o fato de que os planos do TUC e do Escritório Colonial haviam sido alterados. George Padmore, que escreveu vários relatórios sobre a conferência para diferentes publicações concluiu:

“Quando o senhor Walter Citrine estendeu convites aos recém-nascidos Sindicatos dos Territórios Coloniais Britânicos para enviarem os seus representantes a Londres, ele inocentemente desconhecia a militância dos povos coloniais nas questões do momento, especialmente aquelas que afetavam sua liberdade e progresso” (PADMORE, 1945b, p. 2).

4. A África no Mundo Pós-Guerra

Os delegados da África e do Caribe não limitaram suas atividades às conferências fundadoras da WFTU. Eles também foram fundamentais nos preparativos para o 5º Congresso Pan-Africano, organizado principalmente por Padmore e pela Federação Pan-Africana, com sede na Grã-Bretanha. Em fevereiro de 1945, a Federação Pan-Africana convidou todos os delegados sindicais do Caribe e da África para uma reunião em Manchester, na qual foi acordado realizar um Congresso Pan-Africano na Grã-Bretanha. O Congresso estava originalmente programado para se reunir em Paris em setembro de 1945, a fim de facilitar a participação dos delegados sindicais coloniais após uma segunda Conferência Sindical Mundial, que aconteceria em Paris no outono. Esperava-se também que os delegados Pan-Africanos pudessem ganhar o apoio do movimento trabalhista internacional para suas próprias demandas pós-guerra. Wallace-Johnson era

⁷ Ver o artigo “World Cannot Remain Half-Slave, Half-Free”.

⁸ Ver o artigo “Socialist World Called Aim of Trade Unionists in London”.



membro do comitê organizador provisório do Congresso, que tinha a tarefa de produzir um manifesto que seria publicado como um “chamado à ação” e para apresentação na próxima conferência das Nações Unidas em São Francisco (*Chicago Defender* (CD), March 3, 1945; March 17, 1945, p 18).⁹

O Manifesto sobre a África no mundo pós-guerra (*Manifesto on Africa in the Post-War World*) foi posteriormente endossado por Annan, Bankole, Wallace-Johnson, Garba Jahumpa e Critchlow, em nome de seus respectivos sindicatos. O documento enfatizou a necessidade de uma nova ordem econômica mundial e que “o rápido desenvolvimento econômico, a industrialização e o avanço dos padrões sociais da África sejam parte integrante de qualquer plano para construir a prosperidade mundial”. Qualquer novo fórum mundial, eles exigiram, deve levar em conta 160 milhões de africanos, muitos dos quais lutaram, contribuíram e, em alguns casos, deram suas vidas na Segunda Guerra Mundial. O Manifesto pedia que a ONU continuasse a luta contra o racismo e o fascismo, e que os Aliados “removessem de seus próprios territórios as teorias e práticas de destruição pelas quais os africanos morreram em muitos campos de batalha” (*League of Coloured Peoples’ (LCP) Newsletter*, April 1945, 12/67, pp. 9-12; *West African Pilot (WAP)*, April 30, 1945).¹⁰ O rascunho do manifesto apresenta, portanto, uma série de demandas:

1. Que a ONU deve adotar políticas e mecanismos “para garantir o desenvolvimento uniforme e rápido da vida econômica, social e cultural dos povos africanos”.
2. Que deve haver a participação máxima dos africanos em todos os níveis da administração. Que “o atual status político, econômico e social inferior dos povos africanos milita contra a consecução de uma cooperação harmoniosa entre os povos do mundo”. A cooperação internacional exige a abolição de todo tipo de discriminação: por causa da cor, raça e credo, onde quer que exista essa discriminação.
3. Que “o atual sistema de exploração pelo qual a maior parte da riqueza da África enriquece indivíduos e monopólios das empresas estrangeiras, deve ser substituído por planejamento e desenvolvimento sistemáticos, nos quais, em primeiro lugar, os próprios africanos serão os principais beneficiários da riqueza produzida, uma oportunidade igual será oferecida a todas as nações na troca de produtos”.
4. Que simultaneamente ao desenvolvimento econômico devem ser tomadas medidas para associar os africanos à gestão de seus próprios

⁹ Nos referimos ao artigo “Pan-African Conference Set For Paris in Fall”, de Henry Lee Moon e ao artigo “Call for Pan-African Parley in Paris Drafted by British Colonial Leaders”, de George Padmore. O comitê organizador planejava enviar o manifesto à NAACP nos EUA e aos representantes de organizações africanas e do Caribe. Eles também pretendiam convidar observadores para o Congresso, oriundos de países árabes, assim como da China e da Índia.

¹⁰ O artigo publicado em WAP intitulado “Pan-African Confab” é de autoria de George Padmore.



assuntos, com vistas a alcançar o autogoverno pleno dentro de um prazo definido.

5. Que a pobreza, a doença, a miséria e o analfabetismo na África devem ser eliminados. Que “é possível erradicar o analfabetismo em massa em um curto espaço de tempo, tal como foi comprovado pela experiência da Ásia Central Soviética”.

6. Que as ex-colônias italianas na África devem receber o mesmo tratamento que as outras colônias e ter o direito ao autogoverno (*West African Pilot*, April 30, 1945).¹¹

Durante a estadia na Grã-Bretanha, os delegados sindicais africanos e caribenhos aproveitaram a oportunidade para aumentar a demanda por reformas políticas e autogoverno nas colônias, que consideravam uma parte importante de suas responsabilidades sindicais. Após a reunião organizacional, alguns dos delegados, incluindo Ken Hill, Hubert Critchlow e Wallace-Johnson, se dirigiram a uma reunião pública organizada pela Federação Pan-Africana em Manchester, com a participação de cerca de 300 pessoas, “a maior reunião de massas negras da história de Manchester”, segundo um relatório da imprensa.¹² Esta reunião, que incluiu entre sua audiência militares coloniais e afro-americanos baseados na Grã-Bretanha, além de trabalhadores de guerra da África e do Caribe, também foi abordada por outros palestrantes, incluindo Learie Constantine e Kenyatta, Ras Makonnen, Peter Milliard e Padmore.¹³

Enquanto estavam na Grã-Bretanha, os representantes trabalhistas coloniais também conversaram com várias outras organizações, incluindo o Fabian Colonial Bureau e representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Alguns dos delegados tiveram reuniões com o Partido Comunista Britânico e T. A. Bankole escreveu um artigo sobre o movimento dos trabalhadores nigerianos para o *Inside The Empire*

¹¹ O rascunho subsequentemente se tornou o “Manifesto sobre a África no mundo pós-guerra, para apresentação na Conferência das Nações Unidas, São Francisco, abril de 1945”. Segundo Padmore, ele foi originalmente “preparado” por Desmond Buckle, membro da LCP e do Partido Comunista Britânico. (APTHEKER, 1976, vol. 2, p. 63). O Manifesto foi apoiado pela PAF, LCP, WASU e Kenyatta, em nome da Associação Central Kikuyu (Quênia), e por vários outros apoiadores.

¹² Henry Lee Moon. Ver nota 11.

¹³ Ver nota anterior. A reunião também foi abordada por Henry Lee Moon, do *Chicago Defender*, e Chester Gray, do *American Red Cross Club*. Learie Constantine, o futuro Barão Constantine de Maraval e Nelson, que nesta época trabalhava como oficial de bem-estar do Escritório Colonial. Foi a partir de um relatório desta reunião no *Chicago Defender* que Du Bois ouviu pela primeira vez sobre os preparativos para o Congresso Pan-Africano. Padmore explicou que o Manifesto e os planos para um PAC haviam surgido apenas como resultado da presença na Grã-Bretanha dos delegados coloniais na conferência da WFTU. Ele enfatizou a importância da composição das delegações sindicais e o fato de elas estarem “preocupadas principalmente com os trabalhadores e camponeses, que devem ser a força motriz de qualquer movimento que os intelectuais de classe média possam estabelecer”. “Hoje”, Padmore enfatizou, “as massas africanas, o povo comum, estão acordadas e não estão olhando cegamente para médicos e advogados para lhes dizer o que fazer” (APTHEKER, 1976, vol. 2, pp. 63-65). Cf. Versão de Padmore sobre os eventos (PADMORE, 1956, pp. 154-156).



publicado pelo *Colonial Information Bureau* desse partido. Wallace-Johnson escreveu vários artigos para o *The New Leader*, do Partido Trabalhista Independente, popularizando as posições assumidas pelos delegados na Conferência Sindical Mundial. A BBC até permitiu que Ken Hill transmitisse para o Caribe detalhes da declaração da Conferência, “Um Chamado a Todos os Povos” (*Public Opinion* [Jamaica], February 26, 1945, p. 1; *New Leader*, February 24, 1945, p. 4, *New Leader*, March 3, 1945, p.7; *Inside The Empire*, 4/1, April 1945, pp. 12-17).¹⁴ Este Chamado declarou que era necessário:

“pôr fim ao sistema de colônias, dependências e países subjugados como esferas de exploração econômica e facilitar imediatamente o desenvolvimento de sindicatos livres nesses países; estabelecendo assim as bases sobre as quais, de acordo com o artigo 3º da Carta do Atlântico, as comunidades e nações não autônomas podem atingir o status de nações livres e poder governar a si mesmas e desenvolver suas próprias instituições de livre cidadania” (*Report of the World Trade Union Conference*, 6-17 February, 1945).

É claro que o Chamado teve uma influência importante nos movimentos trabalhistas nas colônias. Por exemplo, Ken Hill relatou que, como resultado de sua transmissão, “uma maior esperança foi estimulada entre os trabalhadores da Jamaica”, que aguardavam ansiosamente a formação da WFTU, que eles esperavam “também ter interesse prático em seu movimento, bem como nos movimentos de todos os povos coloniais” (*Report of the World Trade Union Conference-Congress*, September 25 – October 8, 1945, p. 200). A Federação Pan-Africana também considerou que os discursos e relatórios dos delegados coloniais na Conferência Sindical Mundial deveriam ser disponibilizados aos trabalhadores britânicos, a fim de “ajudar a classe trabalhadora britânica a apreciar melhor alguns dos problemas que os trabalhadores coloniais enfrentam”. Para esse fim, a PAF publicou *The Voice of Coloured Labour*, em julho de 1945. George Padmore explicou que:

A classe trabalhadora britânica tem a grande responsabilidade de fazer todos os esforços para recuperar a honra de seu país, pois a classe dominante de sua nação fez tudo com sua cruel exploração e opressão dos indefesos trabalhadores de cor do império colonial para gerar hostilidade entre os povos subjugados e os da metrópole. Essa hostilidade só pode ser superada se os trabalhadores britânicos demonstrarem em atos e não apenas em palavras sua simpatia pelos trabalhadores coloniais. É do interesse deles fazê-lo, pois, como lembrou um dos palestrantes da Conferência [Sindicato Mundial], “o trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em

¹⁴ No *Inside The Empire*, nos referimos ao artigo “The Nigerian Workers' Movement”, de T.A. Bankole.



brasa”. Uma vez aceito esse truísmo, o vínculo desejado entre os trabalhadores de todos os lugares, independentemente da cor ou credo, encontrará expressão na unidade de ação e propósito (PADMORE, 1945a, p. 5).

5. A Conferência dos Povos Subjugados

Em junho de 1945, a crescente unidade pan-africana e anti-imperialista foi fortalecida pela Conferência de Todos os Povos Coloniais (ou Conferência dos Povos Subjugados), realizada em Londres. Foi organizado pela PAF, WASU, a Federação de Associações Indianas na Grã-Bretanha, a Associação de Estudantes do Ceilão e a Associação da Birmânia, que compunham conjuntamente o que foi referido como um “Comitê Provisório da Federação dos Povos Coloniais Unidos”. A conferência contou com a participação de quarenta delegados e vinte e cinco observadores, e incluiu os delegados “dos partidos trabalhistas e sindicatos coloniais”. A conferência também contou com a participação de delegados de sindicatos britânicos e organizações socialistas. Foi vista por Padmore como “histórica”, a primeira conferência do gênero e como preparação para “uma espécie de Internacional Colonial” (*The Statesman* (Calcutta), June 12, 1945, p. 1; *Pittsburg Courier*, June 30, 1945; *Public Opinion* (Jamaica), June 25, 1945; ABRAHAMS in: PADMORE, 1963, p. 13).¹⁵

A Conferência foi claramente organizada em resposta às reuniões da ONU em São Francisco, bem como para influenciar a opinião pública e pressionar o governo na Grã-Bretanha. George Padmore abriu a conferência, mas representantes de diferentes partes do Império Britânico se revezaram em presidir suas sessões e cada colônia recebeu status igual. Em sua forma e parte de seu conteúdo, a conferência provou ser uma espécie de ensaio geral para o Congresso Pan-Africano de Manchester. Muitos dos participantes concordaram que suas lutas eram “fundamentalmente iguais” e que precisavam trabalhar mais estreitamente. Esta conferência histórica, dez anos antes de Bandung, deu um novo impulso não apenas à ideia de unidade Pan-Africana, mas

¹⁵ A Conferência também clamou por direitos democráticos para a “minorias negra na América”. Os artigos de Padmore intitulados, “Subject Peoples Form International Movement” e “Subject Peoples” Conference in London Plan Formation of “Colonial International”, foram publicados, respectivamente, em *Pittsburg Courier* e *Public Opinion*. O artigo de P. Abrahams, intitulado “The Congress in Perspective”, aparece na publicação de Padmore “Colonial and Coloured Unity”.



também à solidariedade africana e asiática e à necessidade de uma ampla frente anticolonial e anti-imperialista na luta pela libertação nacional e emancipação social.¹⁶

6. Trabalho Pan-Africano em Paris

O congresso inaugural da WFTU foi realizado em Paris, de 25 de setembro a 8 de outubro de 1945. Os delegados da África e do Caribe desempenharam novamente um papel significativo. Entre os 273 delegados do Congresso, havia também representantes do Egito, Cuba e Porto Rico. A delegação francesa incluía Charles Assale, um africano dos Camarões franceses. Um delegado do Congo Belga era esperado, mas não pôde comparecer. O delegado do Transvaal foi impedido de participar pelas ações do governo sul-africano, mas o Conselho Transvaal de Sindicatos Não-Europeus foi representado em Paris por Desmond Buckle, seu representante na Europa, que morava na Grã-Bretanha e era membro do Partido Comunista Britânico, mas originário da Costa do Ouro.¹⁷

Hill, Wallace-Johnson, Small e Annan, que participaram da conferência de Londres, se juntaram a Soyemi Coker, do TUC nigeriano, J.T. Rojas e R.A. Gittens do TUC de Trinidad e Tobago e H.J. Hubbard e D.M. Harper da Guiana Britânica. Todos, exceto Hubbard e Small, foram subsequentemente delegados no Congresso Pan-Africano de Manchester. O Sindicato dos Mineiros da Rodésia do Norte foi novamente representado por B. Goodwin. Soyemi Coker substituiu T. A. Bankole que foi forçado a deixar o cargo de presidente do TUC da Nigéria após sua fraca liderança durante a greve geral na Nigéria durante o verão de 1945. A greve geral aumentou bastante a influência dos sindicatos nigerianos, mas foi contestada pelo TUC britânico, que recomendou o retorno ao trabalho e um acordo negociado (OYEMAKINDE, 1975, pp. 637-710; *Citrine to Colonial Secretary*, 8 August 1945, MRC, TUC 966. 3/1).

Mais uma vez, esses delegados enfatizaram a necessidade da WFTU se organizar rapidamente e travar uma luta contra a “exploração do imperialismo nas colônias e territórios dependentes” e de auxiliar o crescimento dos sindicatos nas colônias, como parte da luta para pôr fim ao colonialismo. Como antes, eles se viram no meio de todas

¹⁶ Para maiores detalhes, ver “Background to the 1945 Manchester Pan-African Congress” (ADI; SHERWOOD, 1995). Evidências adicionais da crescente unidade anti-imperialista eram evidentes no apoio em larga escala na Grã-Bretanha à Greve Geral da Nigéria, que começou em junho de 1945.

¹⁷ A hostil Federação Americana do Trabalho (AFL) se recusou a participar da fundação da WFTU, mas enviou o afro-americano Charles Collins como um de seus observadores para a conferência de Paris.



as controvérsias que mais tarde contribuiriam na divisão da WFTU. Em particular, muitos dos delegados coloniais se viram em desacordo com o Sr. Walter Citrine e outros membros da delegação britânica do TUC, que estavam tentando adiar a criação da WFTU, e que queriam garantir que ela não se tornasse envolvida na política. Os delegados coloniais, por outro lado, apoiaram a visão, defendida por muitos outros, de que a WFTU deveria ser formada imediatamente, até porque eles esperavam um “sindicalismo político” que lutaria contra “a exploração do imperialismo nas colônias e territórios dependentes”, e para ajudar o crescimento dos sindicatos nas colônias, além de assumir uma parte importante da luta para pôr fim ao colonialismo. Soyemi Coker, o delegado do TUC nigeriano, resumiu os sentimentos dos delegados coloniais e, em uma clara referência aos comentários de Citrine, ele argumentou: “Tenho certeza de que ninguém dos países sob o domínio de potências estrangeiras contribuiria com qualquer sugestão para adiar por um momento a constituição dessa Federação Mundial” (*Report of the World Trade Union Conference-Congress, 1945*, p. 52). Rojas, o delegado de Trinidad, falando em nome de “dezenove colônias nas Índias Ocidentais Britânicas”, aproveitou a oportunidade para denunciar “a exploração do imperialismo britânico e do capitalismo britânico” no Caribe. Ele reclamou que a Citrine “jogou um ‘balde de água fria’ no estabelecimento deste congresso internacional” e declarou:

Somos povos coloniais nas Índias Ocidentais, e nossa salvação e nossa esperança estão no estabelecimento de um Congresso Sindical Mundial que nos dará alguma medida de proteção... O TUC britânico nunca abriu seus braços à afiliação pelos vários sindicatos das colônias britânicas; portanto, devemos aguardar com expectativa a filiação e a proteção por algum outro órgão. Estamos muito esperançosos e esperamos que este Congresso Sindical Mundial nos dê essa proteção (Ibidem, p. 67).

Mais uma vez, os delegados coloniais argumentaram que a WFTU deveria se posicionar contra o imperialismo e o fascismo. Ken Hill e Joe Annan lembraram ao congresso a “natureza indivisível do trabalho”, que “o trabalho de pele branca não poderá ter nenhum progresso enquanto o trabalho de pele negra for escravizado nos territórios coloniais”. E.F. Small explicou:

A menos que e até que a questão colonial seja resolvida, o fascismo nunca será erradicado da face da terra, e nunca haverá uma nova ordem mundial para o homem comum. Você nunca terminará a guerra, nunca terá paz duradoura, nunca obterá segurança econômica para os trabalhadores do mundo, enquanto bilhões de seus compatriotas – homens e mulheres – são



explorados como povos subjulgados e dependentes negados de seus direitos sociais, liberdade econômica, industrial e política (Ibidem, p. 172).¹⁸

Small continuou explicando por que, em sua opinião, havia o que ele chamou de “essa forte representação colonial e de cor” na conferência. Segundo ele, isso se baseou em parte nas esperanças levantadas pelo fato de que a Conferência de Londres já havia resolvido não apenas acabar com o colonialismo, mas também com “toda forma de discriminação política, econômica ou social baseada em raça, credo, cor ou sexo” (*Report of the World Trade Union Conference-Congress*, p. 171).

Toda a verdade é que o mundo de cor olha hoje para esta Conferência de Paris para livrar a humanidade do passado fascista. A verdade é que o “perigo amarelo” e o choque de cores ainda são questões vivas dessa luta de classes contra o imperialismo e o fascismo; são graves ameaças à paz e à liberdade. O Trabalho Mundial não pode ignorar o fato crucial de que a questão colonial, em seus aspectos sociais, econômicos e industriais, afeta igualmente mais de um bilhão de negros e pessoas de cor na África, nas Índias Ocidentais, na Índia, nos EUA, na América Latina e no Extremo Oriente e Oriente Médio (Ibidem, p. 172).

Como explicou uma reportagem de jornal, os delegados da África e do Caribe viram “em um movimento trabalhista fortemente organizado, o único tipo de força que poderia ser usada para romper as correntes que os prendiam politicamente” (*Pittsburgh Courier*, October 6, 1945; *West African Pilot*, October 12, 1945).¹⁹ Foi por esse motivo que Small e outros delegados das colônias, como Rupert Gittens, de Trinidad, pediram à nova federação que investigasse as condições nas colônias e estabelecesse um departamento colonial, medidas adotadas posteriormente pelo Comitê Executivo da WFTU, apesar das “reservas” do TUC britânico (*World Trade Union Conference-Congress*, p. 128), enquanto Wallace Johnson e outros argumentavam que para efetivar as decisões do congresso nas colônias britânicas, “alguns passos deveriam ser dados para conter a ameaça do imperialismo britânico e de outros imperialistas” (Ibidem, p. 184). As ideias do TUC britânico sobre sindicalismo não político não foram claramente compartilhadas pelos delegados das colônias britânicas.

¹⁸ Ver “Africans Protest Hillman's Anti-Negro Move In Paris”, *Chicago Defender*, 6 de outubro de 1945, p. 1 e “CIO Leader Answers Betrayal Charges”, *Pittsburgh Courier*, 7 de outubro de 1945.

¹⁹ Em relação ao PC nos referimos ao artigo “Negro Labor Leaders Face Odds at World Meet”. Por sua vez, o artigo em WAP, assinado por George Padmore, é intitulado “Open Conflict Develops Between Colonial Delegates and British Representatives”.



Mais uma vez, a conferência / congresso de Paris e as contribuições dos delegados coloniais foram amplamente divulgadas na imprensa. A imprensa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha comentou longamente as contribuições dos delegados coloniais, como John Rojas, e sua oposição às opiniões de Citrine e do TUC britânico (*Pittsburgh Courier*, 6 October 1945; *New Leader*, 13 October 1945).²⁰ Jornais nas colônias também relataram longamente o que foi visto como uma derrota para as opiniões de Citrine e do TUC britânico. As reportagens de George Padmore sobre a conferência de Paris apareceram por toda a imprensa colonial e destacaram “o conflito aberto que se desenvolveu entre os delegados coloniais de cor e os representantes britânicos liderados pelo Sr. Walter Citrine”. Como consequência, Padmore sentiu-se justificado em anunciar com júbilo a “aprovação do Movimento Sindical Britânico como a força de trabalho dominante nos conselhos internacionais” (*Public Opinion*, October 11, 1945; *The Masses*, October 13, 1945).²¹

Os delegados pan-africanos puderam, portanto, aproveitar a ocasião para expressar as demandas econômicas e sociais, bem como as demandas políticas dos povos nas colônias. H.J. Hubbard, por exemplo, criticou aqueles que colocam seus interesses nacionais acima dos do movimento sindical mundial. Entre outras coisas, ele declarou: “Nós, os povos coloniais, somamos muitos milhões e não podemos nos dar ao luxo do nacionalismo. Não temos lugar na Família das Nações. Só temos um lugar na irmandade da classe trabalhadora” (*World Trade Union Conference-Congress*, 1945, p. 134). Muitas das propostas elaboradas pelos delegados da África e do Caribe, por exemplo, o direito de independência para as colônias, foram posteriormente incorporadas nas resoluções finais adotadas no Congresso, embora as demandas por um departamento colonial especial e por maior representação para a África em vários órgãos da WFTU tenham sido inicialmente recusadas (*Ibidem*, p. 276; *New Leader*, October 13, 1945, p. 4; *Chicago Defender*, October 20, 1945, p. 1).²²

Poucos dias após o Congresso da WFTU, em 10 de outubro de 1945, uma segunda Conferência dos Povos Subjugados foi realizada em Londres, convocada pelo

²⁰ Em relação ao PC nos referimos ao artigo “West Indian Delegate Scores British Imperialism”. O artigo em NL é intitulado “What Colonial Workers Demanded at World TUC”.

²¹ Respectivamente, “Less Talk more Action Now” Ken Hill Tells Citrine” e “Ken Hill Warns Citrine”.

²² Nos referimos a “Resolutions of the Standing Orders Committee of the WFTU”. Tanto Ken Hill quanto Wallace-Johnson foram eleitos como membros suplentes do Comitê Executivo da WFTU no Congresso. Em relação ao NL ver “What Colonial Workers Demanded at World TUC”. Em CD ver “Paris Delegates of WFTU Back Labour Equality”.



“Comitê de Coordenação da Conferência dos Povos Subjugados”, presumivelmente o comitê estabelecido após a conferência de junho. O foco principal da conferência foi a luta pela libertação na Indochina, Índia, Malásia e outras áreas da Ásia. No entanto, a importância da unidade afro-asiática, como demonstrada pelo apoio da Ásia e de organizações asiáticas durante a Greve Geral da Nigéria, foi enfatizada durante todo o processo. “Essa unidade entre as raças de cor, a grande maioria dos quais são trabalhadores e camponeses”, enfatizou Wallace-Johnson, “ainda pode lançar as bases para uma unidade mais ampla entre todos os trabalhadores, explorados e oprimidos”. Ele se juntou aos outros delegados na condenação do novo governo trabalhista por sua atitude em relação às colônias, enquanto Peter Abrahams, da Federação Pan-Africana, novamente defendeu o estabelecimento de uma “federação colonial” para fazer campanha pela libertação de todos os povos coloniais. Mais uma vez, esta conferência dá uma indicação das preocupações da época e da crescente unidade entre os assuntos coloniais da Grã-Bretanha. O próprio Congresso Pan-Africano de Manchester foi influenciado por esse espírito de unidade anticolonial e anti-imperialista (*Public Opinion*, October 29, 1945, p. 2; *The Statesman* [Calcutta], October 12, 1945, p. 9).²³

O Congresso Pan-Africano de Manchester, realizado alguns dias após a segunda Conferência dos Povos Subjugados, foi concretizado como resultado da iniciativa de George Padmore, da Federação Pan-Africana e dos delegados sindicais coloniais. Foi a formação da WFTU e das conferências de Londres e Paris, que permitiram que o trabalho pan-africano estivesse no centro do novo Pan-Africanismo; mas isso também ocorreu devido à força política dos movimentos trabalhistas africanos e caribenhos, que haviam sido vividamente demonstrados durante a Greve Geral da Nigéria.

Os representantes do trabalho pan-africano desempenharam um papel de liderança na convocação do Congresso de Manchester e na determinação do caráter de suas deliberações. Além dos delegados de Paris, muitos dos outros participantes representavam organizações de trabalhadores e de agricultores, como sempre havia sido planejado. Das 53 organizações listadas oficialmente, 21 eram organizações de trabalhadores e agricultores ou partidos trabalhistas da África ou do Caribe, incluindo

²³ Em relação a PO nos referimos ao artigo “British Colonials Rally to Nations in East Indies”. Em TS nos referimos ao artigo “Subject Peoples’ Conference”. A conferência aprovou duas resoluções: uma condenou o uso de tropas britânicas e indianas na supressão do Movimento da Liberdade dos Povos Anamitas; a outra foi transmitida graças aos portuários de Sydney, na Austrália, que se recusaram a carregar tropas holandesas e navios de munição que estavam sendo enviados para suprimir o governo de Sukarno na Indonésia.



sindicatos e outras organizações das quatro colônias da África Ocidental da Grã-Bretanha e do Quênia, bem como de Antígua, Barbados, Bermudas, Guiana Britânica, Honduras Britânicas, Granada, Jamaica, São Cristóvão, Santa Lúcia e Trinidad e Tobago.

O Congresso Pan-Africano de Manchester foi realizado em uma época em que o colonialismo já estava sob ataque severo. As antigas potências coloniais, como a Grã-Bretanha e a França, haviam sido enfraquecidas pela guerra, e duas superpotências estavam surgindo, que por diferentes razões se opunham ao colonialismo. Mais importante ainda, o colonialismo estava sendo atacado pelas massas do povo das próprias colônias. O Congresso de Manchester foi capaz de dar voz às massas do povo nas colônias britânicas e articular muitas das demandas elaboradas em toda a África e no Caribe. Como Padmore expressou: “Em Manchester, sabíamos que estávamos falando por toda a África, expressando os desejos mais profundos e a determinação de um continente poderoso para ser totalmente livre” (PADMORE, 1963, p. iv; ADI; SHERWOOD, 1995). Mas a voz das massas dos povos das colônias também foi ouvida nas reuniões de fundação da WFTU, que forneceram a seus representantes sindicais o fórum público e os contatos políticos com menor probabilidade de incentivar o sindicalismo “responsável” nas colônias. Uma característica proeminente dessas conferências, e amplamente divulgada, foi a posição unitária dos representantes coloniais, especialmente os da África e do Caribe, contra os pontos de vista e as políticas do TUC britânico. O adido trabalhista britânico em Paris, por exemplo, relatou que os representantes coloniais “claramente esperam arrastar a nova Federação para suas lutas pela independência” (*Report of W.E. Davies, October 20, 1945, Public Records Office (PRO) LAB 13/596*), e havia um medo geral nos círculos governamentais britânicos de que a WFTU fosse um instrumento “para extrair concessões das potências coloniais, chantageando-as com a defesa da emancipação dos povos atrasados” (*Sir A. Kerr memo, November 26, 1945, PRO FO 371/47935/N4142*).

O “sindicalismo responsável”, conforme desejado pelo Escritório Colonial e pelo TUC, parece ter recebido um grande revés. Os delegados coloniais haviam assumido a liderança ao argumentar que a WFTU deveria tomar uma posição ativa contra o racismo, o colonialismo e o imperialismo, e eles obtiveram o apoio que desejavam. Como consequência, a WFTU estabeleceu posteriormente um departamento colonial, mais uma vez, apesar da oposição do TUC britânico (WEILER, 1984, p. 79); mobilizou vigorosamente contra a discriminação racial no Conselho de Economia e Segurança da



ONU (PRO CO 859/185/5); interveio em questões sindicais nas colônias e, em 1947, organizou a Conferência de Dakar dos sindicatos africanos, a primeira reunião pan-africana realizada no continente africano (*WFTU Executive Bureau Minutes*, June 1947, MRC TUC 918.21; COOPER, 1996, p. 223).

Portanto, durante o período do imediato pós-guerra, o TUC e o Escritório Colonial continuaram trabalhando em conjunto para combater a eficácia dos sindicatos nas colônias africanas e caribenhas e minar as atividades da WFTU. Depois que a divisão na WFTU foi projetada pelo TUC e pelas centrais sindicais dos Estados Unidos e da Holanda em 1949, o Escritório Colonial e o TUC tentaram, em conjunto, criar divisões dentro dos movimentos sindicais coloniais e afastá-las da “WFTU dominada pelos comunistas” (*H.G. Gee to C.A. Grossmith*, December 23, 1948, PRO CO 859/147/3). Entre outras coisas, o TUC continuou a incentivar os sindicalistas coloniais a receber treinamento no Ruskin College, em Oxford, e bolsas de estudo foram fornecidas para esse fim. R. A. Gittens foi um dos primeiros a receber uma bolsa de estudos após a conferência da WFTU em Paris. Alguns sindicalistas coloniais esperavam que, como resultado do treinamento em Ruskin, seus membros pudessem ser nomeados Oficiais do Trabalho nas colônias, mas a intenção do TUC e do Escritório Colonial continuava sendo a de desenvolver a liderança sindical “responsável”. O TUC e o Escritório Colonial também fizeram o possível para monitorar e controlar as atividades dos líderes dos sindicatos coloniais mais francos, como Wallace-Johnson e Ken Hill, que eram membros suplentes do comitê executivo da WFTU. O TUC, com a ajuda do Oficial do Trabalho em Serra Leoa, também realizou uma campanha extensa, mas sem sucesso, para desacreditar Wallace-Johnson e limitar sua influência no TUC de Serra Leoa (*Report to the International Committee of the TUC*, April 20, 1948, MRC TUC. 918/1).

7. Conclusão

Talvez por causa das atividades do TUC e do Escritório Colonial, muitos dos sindicatos das colônias inicialmente permaneceram leais à WFTU e críticos das ações do TUC. Em 1949, por exemplo, na época da cisão na WFTU, os funcionários do Escritório Colonial receberam um relatório sobre a atitude do TUC de Trinidad e Tobago em relação ao TUC britânico e sua intenção de permanecer leal à WFTU. Ficou claro que, desde 1945, os



trabalhadores de Trinidad e Tobago puderam comparar as políticas da WFTU e do TUC. Enquanto a WFTU havia feito muito para “expor a opressão e a exploração dos trabalhadores em todos os lugares”, condenou as condições nas colônias e deu aos representantes dos sindicatos coloniais status igual aos dos países metropolitanos, o TUC britânico nem sequer concedeu afiliação aos sindicatos coloniais. “O que o TUC britânico não concedeu aos sindicatos coloniais, a WFTU permitiu”, foi a opinião do *Vanguard*, o órgão oficial do TUC de Trinidad e Tobago (*Vanguard*, 29 January 1949, in PRO CO 859/147/5 pt. 3).

A fundação da WFTU apresentou um claro desafio às políticas do TUC britânico e do Escritório Colonial e seu incentivo ao “sindicalismo responsável” nas colônias. Longe de serem “positivamente influenciados” pela participação nas conferências fundadoras da WFTU, como o Escritório Colonial e seus aliados esperavam, os sindicatos de muitas colônias viram a WFTU no imediato pós-guerra como seu principal aliado na luta pelo sindicalismo político e independência colonial. Seus representantes fizeram das conferências a ocasião de oposições abertas à política do TUC e do Escritório Colonial. O apoio da WFTU às organizações trabalhistas nas colônias foi obtido em grande parte como resultado das demandas de posição unitária elaboradas pelos próprios delegados coloniais nas conferências de Londres e Paris em 1945.

O Congresso Pan-Africano de Manchester foi creditado por transformar o Pan-Africanismo de um movimento de protesto geral de povos de ascendência africana em um instrumento de movimentos nacionalistas africanos que lutavam contra o domínio colonial. Os delegados do Congresso Pan-Africano de Manchester declararam suas crenças “no direito de todos os povos a se autogovernarem”, livres de controle econômico e político estrangeiro. Eles também declararam que as pessoas “deveriam lutar por esses fins por todos os meios à sua disposição” e, com base em sua experiência, identificaram “a organização das massas” como o único caminho para a “ação efetiva”. “Trabalhadores coloniais”, declararam, são estes que “devem estar na vanguarda da batalha contra o imperialismo” (*Declaration to the Colonial Workers, Farmers and Intellectuals*. In: ADI; SHERWOOD, 1995, p. 56).

8. Fontes Primárias



- Associated Negro Press*, February 24, 1945.
- Chicago Defender* (CD), April 14, 1945.
- Chicago Defender* (CD), March 17, 1945.
- Chicago Defender* (CD), March 3, 1945.
- Chicago Defender* (CD), October 6, 1945.
- Chicago Defender*, October 20, 1945.
- Christian Science Monitor*, February 16, 1945.
- Citrine to Colonial Secretary*, 8 August 1945, MRC, TUC 966. 3/1.
- H.B. Kemmis to W. Citrine*, January 12, 1944, Modern Records Centre, Warwick University (MRC) Mss. 292. 910. 1/5.
- H.G. Gee to C.A. Grossmith*, December 23, 1948, PRO CO 859/147/3.
- Inside The Empire*, 4/1, April 1945.
- International Committee (TUC) minutes*, January 16, 1945, Modern Records Centre, Warwick University (MRC) Mss. 901. 1/6.
- League of Coloured Peoples' (LCP) Newsletter*, April 1945, 12/67.
- League of Coloured Peoples' (LCP) Newsletter*, March 1945, 11/66.
- Manifesto on Africa in the Post-War World for Presentation to the United Nations Conference, San Francisco*, April 1945.
- New Leader*, February 24, 1945.
- New Leader*, March 3, 1945.
- New Leader*, October 13, 1945.
- Pittsburg Courier*, June 30, 1945.
- Pittsburgh Courier*, October 6, 1945.
- Pittsburgh Courier*, October 7, 1945.
- Public Opinion* (Jamaica), June 25, 1945.
- Public Opinion* [Jamaica], February 26, 1945.
- Public Opinion*, October 11, 1945.
- Public Opinion*, October 29, 1945.
- Public Records Office* (PRO) CO 859/185/5.
- Registration Documents*, Modern Records Centre, Warwick University (MRC) Mss. 292 910. 11/1.
- Report of the World Trade Union Conference*, 6-17 February, 1945.



Report of the World Trade Union Conference-Congress, September 25 – October 8, 1945.
Report of W.E. Davies, October 20, 1945, Public Records Office (PRO) LAB 13/596.
Report to the International Committee of the TUC, April 20, 1948, MRC TUC. 918/1.
Sir A. Kerr memo, November 26, 1945, Public Records Office (PRO) FO 371/47935/N4142.
The Masses, October 13, 1945.
The Statesman (Calcutta), June 12, 1945.
The Statesman [Calcutta], October 12, 1945.
Vanguard, 29 January 1949. IN: PRO CO 859/147/5 pt. 3.
West African Pilot (WAP), April 30, 1945.
West African Pilot (WAP), October 12, 1945.
WFTU Executive Bureau Minutes, June 1947, MRC TUC 918.21.

9. Referências Bibliográficas

ABRAHAMS, Peter. The Congress in Perspective. IN: PADMORE, G (Ed.). *History of the Pan-African Congress: Colonial and Coloured Unity – A Programme of Action*. London: Hammersmith Bookshop, 1963.

ADI, Hakim. *A Diáspora Africana, 'Desenvolvimento' & Moderna Teoria Política Africana*. Tradução: Mario Soares Neto. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 11, N.01, 2020 p. 697-716.

ADI, Hakim; SHERWOOD, Marika. *The 1945 Manchester Pan-African Congress Revisited*. London, New Bacon Books, 1995.

ANANABA, Wogu. *The Trade Union Movement in Nigeria*. Benin City: Ethiope, 1969.

APTHEKER, H. (Ed.). *The Correspondence of W. E. B. Du Bois* [vol.2]. Amherst, MA: University of Massachusetts, 1976.

BANKOLE, T. A. "The Nigerian Workers' Movement". *Inside The Empire*, 4/1, Abril de 1945.

BOLLARD, O. N. *On The March – Labour Rebellions in the British Caribbean 1934-39*. Kingston, Jamaica: Ian Randle Publishers; London: James Currey Publishers, 1995.

CHASE, Ashton. *A History of Trade Unionism in Guyana 1900-6*. Ruimveldt, Demerara, Guyana, New Guyana Co., 1964.



COOPER, F. *Decolonization and African Society: The Labour Question in British and French Africa*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, 1996.

CRISP, Jeff. *The Story of an African Working Class: Ghanaian Miners' Struggles 1870-1980*. London, Zed Press, 1984.

DAVIES, D. I. "The Politics of the TUC's Colonial Policy". *Political Quarterly*, (35), 1964.

DAVIES, D. I. *African Trade Unions*. Harmondsworth, Penguin Books, 1966.

ESEDEBE, P. O. "The Growth of the Pan-African Movement, 1893-1927". *Tarikh*, 6/3, 1980.

HARROD, J. *Trade Union Foreign Policy – A Study of British and American Trade Union Activities in Jamaica*. New York, Doubleday and Co., 1972.

HART, R. "Origin and Development of the Working Class in the English-speaking Caribbean Area 1897-1937". IN: CROSS, M.; HEUMAN, G. *Labour in the Caribbean*. London, Macmillan, 1988.

LANGLEY, J. Ayodele. *Pan-Africanism and Nationalism in West Africa 1900-45: A Study in Ideology and Social Classes*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. (O Processo de Produção do Capital). Volume I. Livro Primeiro. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected Works. Volume 35*. Karl Marx – Capital Volume I. London: Lawrence & Wishart, 2010.

OYEMAKINDE, W. "The Nigerian General Strike of 1945". *Journal of the Historical Society of Nigeria*, 7 (1975).

PADMORE, G (Ed.). *History of the Pan-African Congress: Colonial and Coloured Unity – A Programme of Action*. London: Hammersmith Bookshop, 1963.

PADMORE, G. (Ed.). "Colonial and Coloured Unity". IN: ADI, Hakim; SHERWOOD, Marika. *The 1945 Manchester Pan-African Congress Revisited*. London: New Beacon Books, 1995.

PADMORE, G. (Ed.). *The Voice of Coloured Labour*. London, Pan-African Federation, 1945a.



PADMORE, G. "British Colonials Rally to Nations in East Indies". *Public Opinion*, October 29, 1945.

PADMORE, G. "Open Conflict Develops Between Colonial Delegates and British Representatives". *West African Pilot*, October 12, 1945.

PADMORE, G. "Pan-African Confab". *West African Pilot*, April 30, 1945.

PADMORE, G. "Subject Peoples' Conference". *The Statesman* (Calcutta), October 12, 1945.

PADMORE, G. "Subject Peoples" Conference in London Plan Formation of "Colonial International". *Public Opinion* (Jamaica), June 25, 1945.

PADMORE, G. "The Voice of Africa - Challenge at World TUC". *Forward* (Glasgow), April 14, 1945b.

PADMORE, G. *How Russia Transformed Her Colonial Empire – A Challenge to the Imperialist Powers*. London, Dennis Dobson Limited, 1946.

PADMORE, G. *Pan-Africanism or Communism?: The Coming Struggle for Africa*. New York: Roy Publishers, 1955.

PADMORE, G. Subject Peoples Form International Movement. *Pittsburg Courier*, June 30, 1945.

POST, K. *Strike the Iron: A Colony at War – Jamaica 1939-1945, 2 vols*. The Hague: Institute of Social Studies, 1981.

SPITZER, L; DENZER, L. R. "I.T.A. Wallace-Johnson and the West African Youth League". *International Journal of African Historical Studies*, 7/3 (1973).

WALLACE, Betty, *World Labour Comes of Age*. London: Lawrence & Wishart, London, 1945.

WEILER, P. "Forming Responsible Trade Unions: The Colonial Office, Colonial Labour and the Trade Union Congress". *Radical History Review*, 28-30, 1984.



Sobre os autores

Hakim Adi

Doutor em História pela SOAS University of London. Professor de História da África e da Diáspora Africana, na Universidade de Chichester – Reino Unido. É membro fundador da Associação de Estudos Negros e Asiáticos em Londres. Autor de inúmeras obras, dentre as quais: “Africanos ocidentais na Grã-Bretanha 1900-1960: Nacionalismo, Pan-Africanismo e Comunismo (1998)”, “História Pan-Africana: Figuras Políticas da África e da Diáspora desde 1787 (2003)”; “Pan-Africanismo e Comunismo: A Internacional Comunista, África e a Diáspora, 1919-1939 (2013)”, “Pan-Africanismo: uma história (2018)”, e outras. E-mail: h.adi@chi.ac.uk

Mario Soares Neto

Advogado, Professor e Pesquisador. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia – PPGD/UFBA. Coordenou o Curso de Extensão da FDUFBA: Marxismo e Pan-Africanismo (2018; 2019) e o Curso de Extensão da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP): Marxismo e Questão Racial (2021). Neste momento, está se preparando para a entrada no Doutorado. É estudante do curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. É tradutor e prefaciador da obra Pan-Africanism: A History (que será lançada em breve no Brasil). E-mail: mario Soaresneto@protonmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

